

## AS METODOLOGIAS COMO PRINCÍPIO ATIVO PARA O ENSINO E INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS NA SALA DE AULA

Vittorya Roberta da Silva Guedes <sup>1</sup>

*vittorya.guedes@ufpe.br*

Prof<sup>a</sup> Ana Maria Tavares Duarte <sup>2</sup>

*anamaria.duarte@ufpe.br*

### RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade compreender como o estudante com o transtorno do espectro autista é inserido na escola regular e quais são as metodologias aplicadas em sala de aula pelos docentes para a construção do saber cognitivo. Por meio dos estudos teóricos e uma breve análise das concepções dos professores, foi possível obter subsídios para os objetivos da pesquisa. Para fundamentá-la, fez-se pertinente uma divisão em três categorias que retratam o transtorno do espectro autista, a inclusão desses estudantes e as práticas pedagógicas utilizadas para promover o desenvolvimento. A metodologia desenvolvida foi embasada em uma abordagem qualitativa utilizando como ferramenta uma entrevista semiestruturada direcionada para os docentes de duas escolas pertencentes ao município de Surubim-PE. Assim, as abordagens metodológicas trazem o processo de inclusão nas instituições de ensino e as estratégias utilizadas a fim de desenvolver a práxis voltada para os estudantes com TEA. Após esse percurso de estudo, concluímos que, mesmo com todos os avanços, ainda deve-se pensar sobre a importância da inclusão e buscar assumir a responsabilidade de atender às necessidades do aluno autista que foi inserido em sala de aula. Com isso, a prática docente voltada para esses educandos deve ser cada vez mais ampliada e as escolas devem buscar meios que possibilitem o desenvolvimento do estudante em todo espaço escolar. Diante dos dados obtidos, fica evidente também a necessidade de o educador tornar pertencente a criança com necessidade educacional, para que assim, a inclusão seja efetivada.

**Palavras-chave:** Espectro Autista. Inclusão. Práticas Pedagógicas.

### ABSTRACT

The present work aims to understand how students with autism spectrum disorder are inserted in regular schools and what are the methodologies applied in the classroom by teachers for the construction of cognitive knowledge. Through theoretical studies and a brief analysis of the teachers' conceptions, it was possible to obtain subsidies for the research objectives. To support it, it was pertinent to divide it into three categories that portray autism spectrum disorder, the inclusion of these students and the pedagogical practices used to promote development. The methodology developed was based on a qualitative approach using as a tool a semi-structured interview directed to the teachers of two schools belonging to the municipality of Surubim-PE. Thus, the methodological approaches bring the process of inclusion in educational institutions and the strategies used in order to develop the praxis aimed at students with ASD. After this course of study, we concluded that, even with all the advances, one should still think about the importance of inclusion and seek to assume the responsibility of meeting the needs of the autistic student who was inserted in the classroom. As a result, the teaching practice aimed at these

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco- CAA.

<sup>2</sup> Professora do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco- CAA.

students should be increasingly expanded and schools should seek ways to enable the development of the student throughout the school space. In view of the data obtained, it is also evident the need for the educator to make the child with educational need belong, so that inclusion can be effective.

**Keywords:** Autism Spectrum. Inclusion. Pedagogical Practices.

## 1 INTRODUÇÃO

Muito se fala em diferenças, deficiências e inclusão. Mas pouco se inclui e se introduz de fato. A inclusão por ser um grande desafio dos processos educacionais na atualidade, ficando muitas vezes apenas na teoria, traz a necessidade de buscar entender as dificuldades de aprendizagem existentes em sala de aula, com um olhar voltado não apenas aos alunos considerados “normais”, mas também aqueles, que dentre tantas deficiências, síndromes e transtornos existentes, se destacam pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Os métodos educativos presentes sofreram diversas modificações com o passar do tempo. O conceito de educação era voltado para os interesses das igrejas, tornando-se benéfica apenas para as classes sociais mais abastadas. Com as necessidades do desenvolvimento capitalista, as práticas educativas foram ganhando cada vez mais espaço, não foi diferente com a educação inclusiva. Todavia, a luta por direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais continua constante, visto que as práticas educativas devem sempre buscar atualizações e formas de melhoria.

Dentre as diversas necessidades educacionais especiais, o transtorno do espectro autista se destaca por ser um grande desafio para as metodologias e estratégias de ensino. Para isso, muitos pesquisadores se interessaram por entender o conceito do transtorno e as diferentes formas de como lidar com esse público. Assim, Vieira e Baldin (2017) retratam que o transtorno do espectro autista é uma síndrome de início precoce, caracterizada por alterações marcantes no desenvolvimento da linguagem e da interação social. Há também a presença de comportamentos estereotipados e repetitivos, rituais, alterações sensoriais e interesses restritos. Essas características são essenciais para que ocorra o diagnóstico e estão presentes em todos os indivíduos com o transtorno, em maior ou menor grau.

Na contemporaneidade, o TEA encontra-se definido no manual mais atualizado sobre os transtornos existentes, o DMS-5. Com base nisso, o TEA caracteriza-se por ser um distúrbio neurológico que afeta o desenvolvimento da comunicação social e comportamental. Os primeiros indícios surgem nos anos iniciais, dos 2 a 5 anos, e se

prolongam para a fase da adolescência e vida adulta, os sintomas podem variar de leve a grave e incluem dificuldade em interagir com os outros, habilidades de linguagem atrasadas ou incompletas, comportamentos repetitivos e padrões de comportamento restritos. Desse modo, para concretizar a concepção do TEA, Klin (2006) ressalta que nessa condição, existe um marcado e permanente prejuízo na interação social, alterações da comunicação e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses. As anormalidades no funcionamento em cada uma dessas áreas devem estar presentes em torno dos três anos de idade.

Assim, com todos os comprometimentos que se estende ao TEA é necessário estar atento aos sinais comportamentais desde a primeira infância, visto que, as características apresentadas e notadas é de suma importância para que o diagnóstico precoce aconteça e a criança tenha maior chance de avanços em todos os aspectos, inclusive, escolar.

Para isso, a escola é um meio de direcionamento que investiga os casos que possam ter algum comprometimento buscando acompanhar, examinar e analisar. Após diagnosticado o transtorno, a escola deverá agir de forma precisa para proporcionar o desenvolvimento da criança por meio dos estímulos e táticas assertivas. É necessário existir um olhar diferenciado no processo de ensino-aprendizagem para esse público, que permita possibilidades para que o professor efetue a sua reflexão e prática em sala de aula, garantindo assim, uma inclusão dessas pessoas.

A inclusão de pessoas com transtornos nos processos educacionais é um desafio significativo, especialmente para aqueles com transtornos do espectro autista (TEA). Um dos principais desafios é a falta de recursos e capacitações adequadas para professores e profissionais de educação especial lidarem com as necessidades específicas desses alunos.

Dessa forma, entra em ação as metodologias como princípio ativo que contribui para a inclusão, inserção e aprendizagem do aluno autista, considerando que as diferenças são representadas por todos e o autismo é apenas uma condição que caracteriza alguém. Assim, Rodrigues (2006) chama atenção para uma pedagogia inclusiva direcionada para todos, tratando a diferença como uma condição de todas as pessoas, sem representar apenas os deficientes.

Reconhece-se assim, que todos os alunos devem estar em sintonia com fins de aprender juntos na escola regular. Com essa finalidade, o trabalho caracteriza-se por buscar como são direcionadas às práticas educativas e inclusivas que permeiam com intuito de integrar o aluno autista como parte formativa do processo educacional.

O interesse pela temática justifica-se pelo contato direto com uma criança autista durante o período de estágio remunerado em uma escola da rede privada. Ao observar o comportamento dela e as práticas educacionais, que muitas vezes eram falhas, despertou um olhar para a busca de meios que proporcionam melhores formas de participação em sala de aula e aprendizado, já que a educação deve estar voltada para a criança em si e não para o transtorno que possui.

Nesse caso, pensando diretamente na relação com alunos autistas, as metodologias do professor em sala de aula podem ampliar as formas de ver o “mundo”, torná-los mais participativos, acolhidos e ter visibilidade para se desenvolverem no âmbito escolar.

Sendo assim, este trabalho busca trazer reflexões que contribuam para o problema de pesquisa: **Como as metodologias influenciam no desenvolvimento de crianças autistas no âmbito escolar, a partir das práticas dos professores?**

Dessa forma, o objetivo geral é **compreender como as metodologias podem influenciar no desenvolvimento de crianças autistas no âmbito escolar, a partir das práticas dos professores**. Para isso, surgem algumas especificidades: **a) Analisar como é dado o processo de inclusão e ensino-aprendizagem das crianças com autismo; b) identificar as práticas utilizadas pelos professores e o que pode ser melhorado para a construção do desenvolvimento da criança.**

Nessa perspectiva, as práticas metodológicas devem estar direcionadas para oportunizar uma educação de qualidade e equidade aos alunos com necessidades especiais, com o objetivo de dar espaço para que a inclusão seja efetiva e consistente para o desenvolvimento educacional.

## **2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

A fundamentação teórica busca ter como embasamento conhecer a definição do autismo e a melhoria do ensino e as práticas pedagógicas referentes aos alunos autistas. Já que a inclusão, por ser considerada um direito de todos, não é executada de fato, além das ferramentas utilizadas para o alcance da execução serem escassas. Tendo em vista que, a educação inclusiva percorreu inúmeros caminhos cheios de desafios, ainda não se pode defini-la como um único modelo educativo assertivo. Pois, deve-se sempre estar em constante renovação dos conceitos e ações de melhorias.

A respeito dos direitos que retrata a inclusão, a Constituição Federal de 1988 surge como a responsável por garantir a igualdade sem distinção de raça, cor, sexo, idade ou alguma necessidade. Respalda, no Art. 205, que todos têm direito à educação e busca um “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL,1988)

A educação inclusiva se aplica a todas crianças e jovens que possuam necessidades educacionais especiais. Todavia, esse trabalho será voltado para uma dessas necessidades, o TEA, que ainda é uma categoria que requer atenção, especificidade, e práticas capazes de identificar, compreender e atender o estudante de forma perspicaz.

De acordo com alguns pesquisadores (Macedo, 2005; Mantoan, 2003; Denari, 2008), é responsabilidade da escola e dos educadores promover a inclusão e prevenir a exclusão, assim como adequar o currículo no intuito de promover efetiva aprendizagem não só aos educandos com necessidades educacionais especiais, mas também àqueles que não apresentam uma necessidade específica, contudo precisam de práticas diferenciadas para aperfeiçoar o processo de aquisição de conhecimento.

## 2.1 CONHECENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista, também conhecido como Autismo, é um transtorno que acomete crianças e pode ser percebido nos primeiros meses de vida, chegando a ser diagnosticado logo no início da infância. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5 (2014), o conceito de diagnóstico referente ao autismo se classifica como “uma síndrome de déficits persistentes na comunicação social combinada com comportamentos repetitivos e estereotipados”.

Dessa forma, o TEA se classifica como um transtorno de neurodesenvolvimento em que as crianças apresentam algumas características como dificuldades na fala, interação com as pessoas, comportamentos “inadequados”, entre outros. Porém, todas as características dependem do nível de acometimento do autista, podendo ser leve, moderado ou severo.

Por esse motivo, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014) definiu que:

[...] Uma vez que o autismo é definido por um conjunto comum de comportamentos, ele é mais bem representado por uma categoria diagnóstica única, adaptada à apresentação clínica do indivíduo por meio de

especificadores (p. ex., transtornos genéticos conhecidos, epilepsia, deficiência intelectual). (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p.40)

Para ter um diagnóstico validado é necessário um estudo sobre cada paciente, pois cada um possui suas particularidades, além de que, ainda necessita de mais pesquisas, estudos e explicações para as causas do autismo, por isso, esse transtorno torna-se desafiador para médicos, pais e professores. Os estudos já trazem características comuns para o espectro, mas é necessário ressaltar que cada um possui sua especificidade.

Algumas características são:

Tendência ao isolamento, ausência de movimento antecipatório, dificuldades na comunicação, alterações na linguagem, com ecolalia e inversão pronominal, problemas comportamentais com atividades e movimentos repetitivos, resistência à mudanças e limitação de atividade espontânea. Bom potencial cognitivo, embora não demonstrasse. (KANNER, apud MENEZES, 2012, p.37).

Mesmo com todas as definições já existentes para compreender o transtorno, é necessário conhecer a essência de cada um, além de lhe atribuir habilidades que permitam auxiliar no seu desenvolvimento e identificar as capacidades individuais. Além disso, também é necessário adentrar na origem e no decorrer da história sobre o autismo.

Por ser um assunto desafiador, os conceitos podem mudar com o passar do tempo e de acordo com as atualizações dos estudos. Assim, na história, não havia o termo Autista. As pessoas com autismo eram classificadas como esquizofrênicas e só a partir de 1911, o primeiro responsável pela criação do termo autismo, Eugen Bleuler, definiu-o como uma fuga da realidade para um mundo interior. Esse psiquiatra austríaco denominou o termo, por meio de seus estudos, que deriva do grego “Autos” que quer dizer: “voltar-se para si mesmo”. Logo em seguida, Kanner (1996), foi o primeiro a descrever o quadro clínico sobre o autismo, definindo-o com o termo “autismo infantil precoce”. Com o passar dos anos, novos critérios para o autismo foram avaliados chegando ao nível de conhecimento satisfatório e pela busca dos direitos para essa categoria. Sendo assim, em 2012, foi criada a Lei Berenice Piana (12.764/12), um marco criado para revolucionar a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Com todos os estudos e para garantir um avanço significativo na área médica e saúde mental, os manuais surgem como recursos em destaques, são eles: CID 10, DSM III, DSM IV e por fim, o mais atualizado, o DSM V. Por meio desses manuais e suas atualizações, foi possível ter subsídio para os médicos e assim guiá-los com uma “melhor definição e alinhamento do autismo” (SILVA et al, 2012, p. 114).

O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, (DSM-5), desde 2013, define todas as categorias do autismo como um único diagnóstico: Transtorno do

Espectro Autista. Porém, para diagnosticar foi necessário apresentar dois critérios: as deficiências sociais e de comunicação e a presença de comportamentos repetitivos e estereotipados. Em 2015 a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.145/15) incluiu o TEA na defesa e luta pela igualdade, combate à discriminação e direito de acessibilidade. Já em 2020 uma nova lei foi criada com fins de ampliar as visibilidades das pessoas com TEA: a Lei Romeo Mion (13.977). Essa lei cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, emitida de forma gratuita com responsabilidade dos Estados e municípios. Sendo assim, os estudos seguem em constante evolução. Em vista disso, Bosa e Baptista definem que:

(...) Autismo é uma síndrome intrigante porque desafia nosso conhecimento sobre a natureza humana. Conviver com autismo é abdicar de uma só forma de ver o mundo (...). (BOSA e BAPTISTA, 2002).

Assim, a história do autismo perpassa dia após dia como um quebra-cabeça a ser desvendado aos poucos. São por meio dos olhares, formas de ver o mundo e estudos que as incógnitas de pesquisadores, familiares e profissionais são respondidas cada vez mais.

Outrossim, com o crescente número de crianças autistas na hodiernidade e os estudos a respeito, é válido distinguir os níveis de gravidade do TEA para facilitar o entendimento. Considerado o nível 1, caracteriza-se pela dificuldade de interação social, inflexibilidade de comportamento e problemas de organização e planejamento. O nível 2 é definido por déficits graves na comunicação social verbal e não verbal, dificuldade de lidar com a mudança ou mudar as ações. Já o nível 3, se resume aos mesmos déficits dos níveis anteriores, porém, de forma mais intensa.

Outras características que a pessoa com autismo pode apresentar são: baixa visão, ansiedade, hiperatividade, sensibilidade a barulhos e ruídos, ignoram as emoções das pessoas e a falta de empatia. Os comportamentos também são fatores significantes para caracterização do autismo em todos os níveis, como por exemplo: choros, gritos, agressividades, automutilação, impulsividade, falta de contato visual, movimentos repetitivos, ausência de noção dos riscos, entre outros.

Com grande frequência, essas crianças também possuem comprometimentos comportamentais, a exemplo da hiperatividade ou passividade incomum, resistência para mudanças de ambientes, execução de atividades repetitivas, estereotipias motoras, episódios de nervosismo ou risos sem causa aparente, agitação psicomotora, capacidade de atenção e concentração restritas, além da capacidade de manter a atenção restrita a partes específicas, ao invés do todo, atitudes impulsivas, agressivas, autodestrutivas e perturbadoras (Santos, 2015, apud Lima, 2019, p.17).

Assim, estar atento aos sinais logo na primeira infância proporciona um diagnóstico precoce, pois poderá contar com o auxílio das equipes multidisciplinares que

irão promover um avanço maior do desenvolvimento da criança e uma inclusão escolar significativa.

## 2.2 INCLUSÃO ESCOLAR

O termo inclusão por muito tempo não existia no conceito de ensino no Brasil. As formas de ver as pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial, tornava o ato de ensinar segregado para essas condições. Com as mudanças do século XIX, o conceito de inclusão ganha visibilidade e os alunos que possuíam necessidades educacionais especiais passaram a ser inseridos no ambiente escolar.

Nessa perspectiva, por muito tempo, a inclusão foi ignorada. Apenas no século XX, a inclusão ganha espaço transformador no aspecto escolar e as práticas segregatórias perdem, aos poucos, suas forças. Com a Conferência Mundial sobre as Necessidades Educacionais Especiais, realizada em 1994, um documento chamado de Declaração de Salamanca entrou em vigor, que teve como objetivo promover reflexões e políticas voltadas a atender às necessidades de todos os indivíduos. Segundo a Declaração de Salamanca (1994) “as crianças e os jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas, onde elas devem se adequar através de uma pedagogia voltada para a inclusão e centrada na criança, que seja capaz de atender às suas necessidades”. Foi através dessa Declaração, que o Autismo, dentre tantas condições, ganhou força.

Ao conhecer o transtorno do espectro autista fica evidente a necessidade de uma abordagem sobre a inclusão escolar. Esta, regida pela legislação, passou por modificações para garantir o direito de todos ao acesso às instituições de ensino. Todavia, a inclusão na escola não deve se limitar apenas às vagas disponíveis para matrículas. Ou seja, incluir um (a) estudante com TEA significa proporcionar subsídios para o seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo.

Com a educação inclusiva o sistema de ensino, na escola regular, deverá sofrer modificações e todos os colaboradores passam a ter papel importante na construção da identidade dos educandos. Outro aspecto importante é que existe uma diferença entre a escola especial e a escola inclusiva. Enquanto a primeira segrega os estudantes para um espaço separado do ambiente escolar, a segunda oferece oportunidades iguais para todos os estudantes, incluindo e buscando o desenvolvimento de todos.

No caso de uma escola que se pretende inclusiva PARA TODOS, é primordial que exista uma cultura que valorize a diversidade e a considere uma oportunidade para propor mudanças e reformas, a começar pelo projeto político-pedagógico das práticas adotadas para os processos de ensino e aprendizagem, valorizando as diferenças individuais. (Denari, 2008, p.36).

Nesse sentido, a inclusão busca estratégias para romper com as barreiras da aprendizagem, garantindo os direitos das pessoas com necessidades educacionais e contribuindo para um ensino de qualidade à todos. Como diz Mantoan (1997, p. 68) "[...] cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos”.

Nesse contexto, a escola e os integrantes tornam-se responsáveis por desempenhar o ato de incluir, reconhecer e respeitar as diversidades buscando atender as necessidades de cada criança. Assim, foi por meio da Declaração de Salamanca (Espanha) promulgada em 1994 que a educação inclusiva ganhou notoriedade:

[...] as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centrada na criança, capaz de atender a essas necessidades; as escolas comuns com essa orientação integradora representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir sociedade integradora e dar educação para todos; além disso, proporcionam uma educação efetiva à maioria das crianças e melhora a eficiência e, certamente, a relação custo benefício de todo o sistema educativo (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 10).

Com base nisso, a Declaração de Salamanca tornou-se um marco importante para evidenciar a necessidade de práticas educativas direcionadas às necessidades especiais. A partir de todos os avanços que a educação inclusiva conquistou, sabemos que mesmo com toda a legislação vigente, se não houver o comprometimento e as condições necessárias ofertadas para o desenvolvimento dos educandos com TEA, seus direitos ficarão apenas no papel.

Diante dessa realidade, as condições que são ofertadas influem nas práticas educativas, tornando-se desafiante para os docentes. Pois, se não houver recursos adequados, não haverá comprometimento com a inclusão dos educandos e nem suas necessidades atendidas.

### 2.3 ESTRATÉGIAS DE ENSINO E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Inserir alunos autistas em uma escola é dar a oportunidade de participação e construção pessoal e social. A aprendizagem é o principal alvo das escolas, sendo assim, todo tipo de aprendizagem demanda de processos ativos que viabilizem o

desenvolvimento de cada pessoa. Porém, as metodologias devem se constituir de acordo com cada especificidade.

Sobretudo, recriar o modelo educativo parte da premissa de que a inclusão deve romper com a velha matriz do conceito escolar. Ou seja, as escolas precisam superar o sistema tradicional de ensino e as visões conservadoras, a fim de pautar ações que qualifiquem o ensino e promovam a valorização das diferenças.

A inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais. (MANTOAN,2003, p.31).

Nesse contexto, surgem as práticas pedagógicas com o propósito de tornar os alunos parte primordial da escola, já que o objetivo principal é ter uma dinâmica de ensino que busque trazer visões diferentes das práticas existentes. Além de permitir que sejam desenvolvidos o hábito de pensar, incentivar a autonomia e a capacidade de despertar os interesses dos alunos. Segundo Ambrós e Oliveira (2017, p.215) “é fundamental o professor incluir formas alternativas de ensinar esses alunos, trazendo adaptações pedagógicas que consiga fazê-los socializar e interagir a partir de trocas de experiências com seus pares.”

De acordo com Bebel (2011, p.28) o professor “deve adotar a perspectiva do aluno, deve acolher seus pensamentos, sentimentos e ações, sempre que manifestados, e apoiar o seu desenvolvimento motivacional e capacidade para autorregular-se”.

Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas devem ser direcionadas por um olhar individualizado para cada estudante, a fim de reconhecer suas capacidades, seus limites e acima de tudo, envolvê-lo nas ações educativas. É preciso ter uma atenção cuidadosa para os estudantes promovendo condições para desenvolver suas potencialidades no ambiente que está inserido, a escola.

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MANTOAN,2003, p.36).

Logo, o educador deve reconhecer a importância da adaptação dos métodos educativos, com o propósito de motivar e propor estratégias para o aprendizado, mas buscando sempre tornar o aspecto da educação inclusiva interativa para todos. Conforme Marchesi (2004) aponta, “a educação não pode ficar restrita aos educandos com maiores problemas de aprendizagem, mas deve atender a todos os estudantes da turma.”

No que diz respeito à escola e alunos autistas, observam-se desafios e, muitas vezes, ausência de práticas educacionais que impulsionem o desenvolvimento e visibilidade

do estudante com TEA em sala de aula. Todavia, um olhar atento e a intervenção pedagógica são aspectos de extrema importância para identificar o transtorno e saber como lidar diante das peculiaridades dos alunos.

Assim sendo, as escolas consideradas inclusivas são aquelas que buscam capacitar os professores, trazer políticas educacionais e formações, além de criar um Plano Educacional Individualizado. Deve-se também propor um currículo flexível para facilitar o aprendizado de todos os alunos, já que, uma única proposta educacional torna-se uma exclusão e um desrespeito à individualidade de cada pessoa.

Por isso, a primeira e mais importante prática educativa é conhecer as demandas e aptidões do aluno autista para agir de forma eficaz. Outro ponto de grande ressalva é poder inseri-lo no meio social e promover a sua interação, para que assim, acabe a estereotipia de que o aluno autista vive em um outro mundo. Dessa forma, segundo Menezes:

O autista sente dificuldade em se relacionar ou se comunicar com outras pessoas, uma vez que ele não usa a fala como meio de comunicação. Não se comunicando com outras pessoas acaba passando a impressão de que a pessoa autista vive sempre em um mundo próprio, criado por ele e que não interage fora dele. (MENEZES, 2012, P.25).

Em verdade disso, quando o professor que passa a ser o facilitador da aprendizagem proporciona ao aluno autista a interagir com os alunos típicos e a participar das atividades, o professor não está apenas inserindo-o, mas, incluindo-o no âmbito educacional, favorecendo a sua comunicação com os demais alunos, rompendo com preconceitos e discriminações, além de ressaltar que todos são capazes de aprender com as individualidades.

Mesmo que o papel principal seja do professor, a comunidade escolar tem o mesmo dever de acolher, respeitar e propor a educação inclusiva. Surgindo assim, maiores desafios e exigências para todos os colaboradores da escola. Assim, Correia afirma que

Capacitar os professores e as escolas a trabalhar com um currículo que responda a estas exigências é, pois, o grande desafio que se coloca à própria escola e aos serviços de apoio. Planificar a aprendizagem e a participação de todos os alunos sem recorrer a respostas estereotipadas e pré-definidas, procurar as melhores formas de adaptar ou modificar o currículo à diversidade das necessidades dos alunos, trabalhar em articulação com outros profissionais ou serviços, promover a colaboração e partilha de informações e experiências entre professores, dinamizar a produção de materiais curriculares, a observação mútua de aulas, a emergência de parcerias pedagógicas, incentivar a experimentação e inovação pedagógica. (CORREIA, 2018, p.47).

Dessa forma, a escola com o conjunto de profissionais deve estar atenta a todos os diferentes alunos, pois, para superar esses desafios é necessário um comprometimento contínuo dos educadores e da instituição. Com o suporte e a colaboração de todos os

envolvidos, a inclusão de pessoas com TEA pode trazer benefícios tanto para os alunos quanto para a escola.

### 3 MÉTODO

A metodologia deste trabalho se caracteriza pela busca de entender como os alunos com TEA são incluídos em sala de aula e as possibilidades que as metodologias corretas podem contribuir para o desenvolvimento dessas crianças. Dessa forma, a pesquisa passa a ser qualitativa, pois visa entender e interpretar comportamentos, atitudes e motivações que abordam as temáticas relacionadas e trazem bases para a construção da coleta de dados. De acordo com Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2009, p. 21)

A pesquisa também é de caráter exploratória e descritiva, pois segundo Gil “estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado” (GIL, 2002, P.41), assim contribuirá para o aprofundamento do conhecimento sobre a realidade e a ocorrência dos fatores a serem pesquisados. Além de explorar, também busca entender os meios comportamentais e as práticas pedagógicas viáveis para o alcance do resultado final.

Para fomentar a pesquisa, usou-se como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada que segundo Lakatos:

[...] o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. (LAKATOS, 2003, p.197).

Como abordagem para construção de dados, o trabalho buscou analisar 4 educadoras, sendo duas de uma escola privada (uma professora regente-P1 e uma auxiliar de sala- P2) e duas de uma escola de rede filantrópica (uma professora regente- P3 e uma auxiliar de sala- P4) que lidam com educandos autistas. As duas educadoras da rede privada, atuam no 3º ano do Ensino Fundamental e as outras duas, da rede filantrópica, atuam no 1º ano da Educação Infantil. As duas escolas são pertencentes ao município de Surubim-PE e teve como foco principal os alunos com TEA.

Para obter dados para concretizar a pesquisa foi necessário buscar um diálogo com os sujeitos envolvidos por meio da aplicação de uma entrevista semiestruturada, a qual consta nos anexos, com perguntas abertas, a fim de investigar e responder os objetivos deste trabalho. Para isso, as participantes que aceitaram contribuir com o estudo não tiveram sua identificação revelada. Desse modo, buscando preservar a identidade das participantes, optamos por nomeá-las por P1 para a professora regente e P2 para a auxiliar de sala da rede privada, e P3 e P4 para as da rede filantrópica, respectivamente.

Para isso, a escola de rede privada possui uma quantidade de 315 alunos matriculados, um corpo docente formado por 27 profissionais (professores e auxiliares), uns graduados em Pedagogia e outros ainda cursando a graduação e 2 Coordenadoras Pedagógicas. A escola conta também com atendimento psicológico e psicopedagógico uma vez por semana, com finalidade de entender as demandas dos estudantes e buscar meios para resolvê-las entre a escola e a família. A escola funciona da Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental nos dois turnos. Já a escola de rede filantrópica é composta por aproximadamente 900 alunos matriculados nos dois períodos, matutino e vespertino. Por ser uma escola de grande proporção possui um espaço amplo que garante a acessibilidade dos estudantes. Possui um quantitativo de 112 profissionais, sendo eles pedagógicos e administrativos. A escola atende desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

A coleta de dados, uma das etapas mais importante da pesquisa, foi realizada nas próprias instituições, o que permitiu obter as respostas que necessitavam. Os resultados foram norteados pelas opiniões de educadores que lidam diretamente com os desafios de uma sala de aula inclusiva direcionada para educandos com TEA. A escolha de investigar não só as professoras regentes, mas também as auxiliares, foi para ouvir e identificar se as mesmas práticas pedagógicas condizem entre elas. Após o recolhimento das respostas, foi possível ter subsídios para o processo de análise de conteúdo. Por meio disso, a análise de conteúdo se denomina, segundo Bardin:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (1979, p.42).

Assim, foram norteadas 8 perguntas, a fim de buscar quais práticas pedagógicas são utilizadas, além dos desafios vivenciados em sala de aula. Outro aspecto foi a escolha de duas instituições para serem comparadas e atribuir significados ao trabalho.

Tabela 1 - Perfil dos colaboradores da pesquisa

Professora	Formação acadêmica	Ano de formação	Atuação
P1	Graduação em Pedagogia	2021	Professora do 3º ano Ensino Fundamental Anos iniciais
P2	Graduação em Pedagogia	2022	Auxiliar do 3º ano Ensino Fundamental Anos iniciais
P3	Graduação em Pedagogia e Pós-graduação em Psicopedagogia.	2008	Professora da 1º ano da Educação Infantil
P4	Graduação em Pedagogia	2022	Auxiliar do 1º ano da Educação Infantil

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A pesquisa se concretiza por meio das respostas obtidas da entrevista semiestruturada com o objetivo de entender, sob o olhar dos educadores, como as metodologias podem melhorar o desenvolvimento de crianças autistas no âmbito escolar. As informações coletadas se tornaram necessárias para entender os desafios e as estratégias usadas no dia a dia em função do aluno autista, garantindo assim, uma inclusão de qualidade. Dessa forma, a análise dos dados será feita por duas categorias: O processo de inclusão e ensino-aprendizagem das crianças com autismo; Práticas pedagógicas utilizadas para o desenvolvimento do aluno autista.

##### **4.1 O PROCESSO DE INCLUSÃO E ENSINO-APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM AUTISMO**

No que se refere ao processo de inclusão e ensino-aprendizagem das crianças autistas, os docentes explicitaram que a inclusão se concretiza dentro da escola e sala de aula, mas verificou-se que ainda pode-se evoluir de forma mais significativa, como, por exemplo, trazer recursos para avançar no desenvolvimento dos alunos. Os participantes trouxeram a necessidade de mais formações e preparos para ministrar a aula auxiliando no processo de aprendizagem.

Por lei toda criança tem direito a escola, isso permite que a escola tenha que se responsabilizar e se reajustar para receber esse aluno e incluí-lo com amor, afeto e compromisso durante seus anos de estudo. (P1)

A escola tenta realizar a inclusão dos seus alunos com TEA de maneira mediana, proporcionando auxiliares que participem e ajudem no processo de aprendizagem. Porém, o certo deveria ser um auxiliar para cada criança autista. Sendo assim, eu não precisaria de estar com três no mesmo espaço, o que, muitas vezes, não dou conta. (P2)

A escola busca profissionais que possam atender à demanda dessas crianças. Assim, a criança com TEA possui um auxiliar para me ajudar e dar suporte. Buscamos também apoio familiar e estratégias para que possamos cada vez mais incluir essas crianças na rede regular de ensino. Temos uma sala de AEE onde a criança realiza atividades direcionadas para o que ela precisa. Então, estamos no caminho. (P3)

A escola lida de maneira muito transparente e dispõe de profissionais muito bem qualificados. Como é uma escola muito grande, ela tem uma sensibilidade tanto em termos de estrutura como de materiais. Tornando-se excelente para atender e incluir essas crianças. (P4)

A inclusão da criança autista na escola mostra que o seu desenvolvimento deve ser como um todo. Dessa maneira, a escola deve buscar por políticas que ofereçam condições necessárias para os professores crescerem profissionalmente e os alunos se desenvolverem nas condições ofertadas. Por isso, o investimento no professor, auxiliares e espaço é de suma importância para as práticas inclusivas. Nesse sentido, Mantoan (2003, p.31) diz que: “[...] condições que contribuem para que as escolas se tornem espaços vivos de acolhimento e de formação para todos os alunos e de como transformá-las em ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos”.

A autora, em sua fala, mostra a importância da formação de profissionais que sejam preparados e capazes para o trabalho de lidar com as diferenças, além da própria escola ser repensada para assegurar o direito de todos aprenderem, pois, a inclusão não acontece apenas com as portas abertas para o aluno autista, mas com o conjunto de fatores inclusivos e práticas que o favoreça. Nesse sentido, Carvalho (2010) aponta:

Não se trata, portanto, de inserir, fisicamente, este ou aquele aluno nesta ou naquela turma do ensino comum. Há que se considerar o risco de expor essa pessoa a uma situação similar à vivida em espaços segregados, com a diferença de estar presente no espaço físico das salas regulares sem estarem nelas, verdadeiramente integradas. (CARVALHO, 2010, p.99)

Em outras palavras, incluir não se torna apenas inserir o aluno no espaço escolar. Se não houver métodos que faça-o desenvolver suas potencialidades dentro de cada particularidade, o aluno estará apenas à margem da educação inclusiva. Nesse efeito, um modo de inclusão de crianças autistas nas escolas, destacados pelos professores entrevistados, foi o acompanhamento e acolhimento por meio de todos os profissionais. Trabalhar com um olhar voltado para as condições que os cercam promove uma

sensibilidade e a vontade de fazer com que todos se desenvolvam, extinguindo assim, os preconceitos e discriminações. Porém, nem todos os estudantes passam a ter esse olhar sensível para acolher as diferenças que permeiam, sendo necessário políticas em sala de aula que trabalham esta temática.

Não são apenas nós, educadores, que buscamos incluir. Mas as próprias crianças da educação infantil reconhecem que existe uma necessidade maior daquele educando e busca tratar com todo carinho, amor e compreensão. (P4)

Como as crianças já estão no 3º ano do ensino fundamental, elas muitas vezes, aceitam e entendem a criança com TEA, mas existe uma dificuldade maior para formar grupos de atividades, brincar e lidar com elas, acarretando uma certa dificuldade de relacionamento. (P3)

Por certo, para ter uma inclusão de fato do aluno autista, cada professor deve conhecer suas especificidades. Deve-se existir um planejamento do espaço, um currículo adaptado, recursos materiais, adaptações visuais, uma atenção especial para seu hiperfoco e trabalhar em cima dele. A necessidade de um cuidador é de suma importância. Sendo assim, o ato de incluir demanda de um conjunto de ações de múltiplas pessoas associadas ao campo escolar. Vejamos agora o que disse uma educadora:

A inclusão vai além do que está no papel. Para isso, existe o desafio de colocar em prática o fazer pedagógico, ou seja, os profissionais devem buscar cumprir e atender às demandas (P4).

De acordo com a fala dessa professora é possível perceber que todos devem estar inteiramente dispostos a fazer com que a inclusão seja efetivada.

[...] para uma educação efetivamente inclusiva é necessário que o processo educativo seja desenvolvido a partir da recriação da prática pedagógica, da importância dada à ação e à centralidade do sujeito, a flexibilidade da estrutura metodológica, a participação de todos. (BAPTISTA, 2002, p. 109).

Cabe destacar qual o papel do professor diante da perspectiva inclusiva e o quanto ele está disposto a tornar um roteiro flexível que atenda a todos, com a finalidade de evitar a falta de oportunidades, o isolamento e a exclusão.

Ao se pensar na educação voltada para os alunos com autismo, a Lei Berenice Piana, 12.764, de 27 de dezembro de 2012, em seu Art. 2º, parágrafo VII, institui o “o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis”. Assim, essa Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista retoma um novo pensar sobre o atendimento escolar para essas crianças e a capacitação dos profissionais para lidar diariamente com o transtorno.

Quanto às metodologias desempenhadas em sala de aula, as professoras regentes explicitam a importância das metodologias e um maior conhecimento sobre a temática

para conseguir receber esses alunos e aprender a lidar da melhor forma. Tornando-se assim, algo novo e desafiador.

A experiência é aquilo que mais nos ensina a lidar com o autismo. Porém, nós devemos buscar se especializar cada vez mais para fornecer uma metodologia eficiente. Tenho 15 anos que exerço a função de pedagogia e já desenvolvi alguns minicursos para tentar melhorar minha prática educativa relacionada ao TEA . (P3)

Possuo minicursos que retratam a temática de inclusão e TEA. Todos foram feitos por uma plataforma virtual, mas que trazem muitos aprendizados e um olhar sensível a fim de criar possibilidades para a aprendizagem. (P1)

Partindo desses discursos, observamos a importância da busca de especialização sobre a inclusão e autismo. As próprias escolas também deverão ser responsáveis por propiciar e formar profissionais qualificados. Esse é o primeiro passo para uma prática educativa assertiva.

Se, de um lado, é preciso continuar investindo maciçamente na direção da formação de profissionais qualificados, de outro, não se pode descuidar da realização dessa formação e deve-se estar atento ao modo pelo qual os professores aprendem, para se profissionalizar e para aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos, e também a como reagem às novidades, aos novos possíveis educacionais. (MANTOAN,2003, p. 43)

Com essa perspectiva partimos para a importância das práticas pedagógicas que se desenvolvem após as formações continuadas e trazem cada vez mais sentido para concretizar a inclusão e aprendizagem perante a escola.

#### 4.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO AUTISTA

Ao analisar as respostas dos professores percebeu-se que todos compreendem que a flexibilidade curricular é considerada uma garantia da aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, permitindo-os que estejam presentes na escola exercendo seus direitos e deveres, e não apenas, para socializar. Ao analisar as respostas, tivemos embasamento de que a instituição filantrópica dispõe de mais recursos para atingir as adequações necessárias e eficazes para lidar com esse público. Já a instituição particular ainda precisa desenvolver e adotar métodos para cada realidade. Vejamos a seguir alguns depoimentos que remetem essa concepção:

Aqui na escola buscamos atividades adaptadas com o ritmo que o aluno alcança. As metodologias utilizadas em sala de aula são: conversas, debates, jogos da plataforma Wordwall, questionários onlines atrativos, vídeos e imagens. (P1)

Sou auxiliar de crianças com necessidades educacionais, porém, tenho que lidar com 3 crianças no mesmo espaço. A escola não dispõe de uma sala de

AEE e a educadora tenta incluir apenas trazendo vídeos, jogos e conversas. (P2)

As estratégias utilizadas são buscar trazer as habilidades e objetos de conhecimentos que precisam ser trabalhados na educação infantil de uma forma mais lúdica para que a criança se torne mais interessada. (P3)

As práticas pedagógicas utilizadas são por meio de materiais que a criança com TEA tenha ilhas de interesse, o que promove um desenvolvimento do educando, pois sem interesse, não existe um resultado. Além disso, é necessário a persistência, pois o educando que trabalho possui um nível severo de autismo. (P4)

Dessa forma, é notório que adaptar a educação às diferenças individuais favorece a aprendizagem dos estudantes sem tratar como déficits, mas, sim, como particularidades de cada indivíduo, tornando-os seres humanos motivados, interessados e capazes.

Buscando uma prática educacional diferenciada, García trata a educação adaptada como:

[...] o ensino que dispõe de condições contextuais adequadas às diferenças individuais dos estudantes, decidindo, em cada caso e situação, o nível de mediação mais adequado para facilitar ao estudante o domínio dos objetivos planejados. (García, 2005, p.5)

Assim, a mediação por meio de ferramentas pedagógicas promove a participação efetiva dos estudantes autistas, respeitando o seu modo e o seu tempo. Porém, essas adequações devem envolver toda a comunidade escolar, tornando um ambiente que valorize e atenda a todos os estudantes.

Com essa concepção, a maioria dos professores destacou a importância de atendimentos especializados dentro das próprias escolas, como meio para ampliar as formas de desenvolvimento. As formações continuadas também foram destacadas como medidas importantes para tornar os professores cada vez mais atualizados e preparados para lidar com os desafios encontrados em sala de aula.

Acho necessária uma sala de recursos multifuncionais e profissionais de AEE bem capacitados com formações voltadas para a área TEA com fins de melhorar o desenvolvimento dos alunos e da própria instituição. (P1).

A falta de formações continuadas e especializações na área acarreta uma perda no processo de ensino-aprendizagem, o que faz com que não tenhamos atualizações das práticas educativas, fazendo com que se repita os padrões de ensino que muitas vezes não são benéficos. (P2).

A sala de AEE é de suma importância, pois é como se fosse um lugar de tranquilidade para a criança. Quando ela está em sala de aula a porta sempre fica fechada, mas o educando pede (me puxa) para sair daquele espaço quando está agitado. Pode ter momentos de crise na sala de AEE como choros. Assim, coloco vídeos musicais como ferramenta para acalmá-lo e depois busco realizar alguma atividade específica. (P4)

O atendimento educacional especializado não substitui a inserção do aluno na classe, mas promove um atendimento significativo capaz de atender às necessidades

específicas da educação especial, nesse aspecto, o autismo. Sendo assim, esse atendimento torna-se uma complementação à escola. Na perspectiva enquanto ao currículo, surge também o Plano Educacional Individualizado que tem como finalidade traçar ações pedagógicas para o processo de ensino-aprendizagem. Todavia, as educadoras das duas escolas, privada e filantrópica, trouxeram que o PEI existe, contudo não é executado.

A escola ao qual trabalho é uma escola que tem um aporte teórico muito bom, que lida com o processo de inclusão de forma muito transparente e conta com uma estrutura de qualidade. Porém, o grande desafio é que mesmo com os profissionais muito qualificados, nem sempre o fazer pedagógico é colocado em prática frente aos alunos com TEA. (P4)

Os professores são os grandes responsáveis por adaptar a aula e propor atividades que atendam cada especificidade. Mas, na escola a qual atuo, o PEI, só existe no papel. A prática pedagógica, os recursos, as atividades, tornam-se escassas ou é proposta apenas uma para o período de aula. Muitas vezes, é responsabilidade nossa como auxiliar, planejar algo para eles. (P2)

O primeiro passo para uma pedagogia voltada para a inclusão de alunos autista é compreender e pôr em prática a construção de um currículo que torne o aprendizado mais fácil e direcionado. A intenção do currículo não é apenas propor atividades isoladas, mas de buscar ter um olhar melhor sobre os desafios e conseguir superá-los para atender as necessidades desses alunos que estão em sala de aula. Os professores são os grandes responsáveis para construir o conhecimento através de cada realidade. Cunha ressalta que “um currículo funcional para a vida prática compreende tarefas que podem ser executadas em perfeita sintonia entre a escola e a família, alcançando etapas previamente estabelecidas” (CUNHA, 2010, p.59).

Nesse sentido, destacamos algumas práticas importantes que já foram estudadas e comprovadas e deveriam tornar-se presentes em sala de aula. São elas: o método TEACCH que significa Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficit Relacionados à Comunicação. Esse método busca observar como a criança autista se comporta perante aos estímulos. Método ABA que significa Análise Aplicada do Comportamento. Esse método é uma terapia que intervém nos comportamentos e busca trazer benefícios ao autista como melhorar as habilidades, desenvolver a linguagem e comunicação, aperfeiçoar o foco, e diminuir as crises socioemocionais que podem vir a existir.

Outro método é o PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Imagem) muito eficaz que promove uma comunicação alternativa por meio de usos de figuras para conseguir que a criança autista consiga se expressar e o educador entender seus desejos e emoções.

A partir das análises das falas das professoras percebemos que todas concordam com uma pedagogia inclusiva que visa ampliar e promover o conhecimento dos alunos autistas. Porém, no dia a dia, não é posto em prática e quase não existem métodos que proporcione a verdadeira inclusão.

## 5 CONSIDERAÇÕES

Ao fim da pesquisa observamos que a inclusão, na contemporaneidade, teve avanços significativos, mas ainda perpassa por muitos caminhos desafiadores dentro da escola regular. No que diz respeito à investigação das práticas educativas referentes às duas escolas, em todos os contextos, evidenciamos que o desenvolvimento e as possibilidades dispostas às crianças com autismo, ainda são muito escassas. Consideramos que a inclusão se torna mais acessível quando as condições das escolas são maiores. Visto que, uma escola de porte menor, abdica de muitos recursos, como espaços, materiais, formações e um planejamento estruturado. Já uma escola que possui uma estrutura maior, possibilita desde o espaço físico até a disponibilidade de uma pessoa que esteja a acompanhar o aluno, como as professoras auxiliares.

Com relação à prática docente, a pesquisa evidencia que os educadores entendem e compreendem o direito de inclusão, mas ainda existem muitas barreiras que precisam ser quebradas para concretizar um trabalho positivo. Reconhecemos, então, que há a necessidade de as práticas pedagógicas saírem do currículo ou planejamento e adentrarem no contexto da sala de aula. Pois, ficou evidente que são as professoras auxiliares que buscam alguma alternativa para conceber o desenvolvimento do aluno.

As metodologias são capazes de fornecer uma inclusão de qualidade, quando se há a necessidade de um direcionamento e o trabalho mútuo entre a escola, professor regente, professor auxiliar e todos os membros da comunidade educativa. A partir desse estudo, destacamos que não existe uma regra para efetivar a educação inclusiva, mas, existem alternativas que são construídas de acordo com cada especificidade do aluno, quando o professor busca compreendê-lo. Embora, para que se tenha um resultado positivo é necessário que o ensino-aprendizado seja permanente em sala de aula junto aos seus pares.

Por conseguinte, as práticas dos professores surgiram como alvo de estudo para concretizar a inclusão neste trabalho. Mas, concluímos que eles deixam a responsabilidade para as auxiliares. Assim, tornam os alunos autistas como segundo plano

das suas próprias metodologias. Diante disso, os professores precisam ter em mente que a criança autista não é exclusivamente o aluno da cuidadora, mas também, faz parte do seu alunado. Ou seja, o professor deve tornar-se responsável por todo aprendizado deste ou qualquer aluno que se faça presente em sua sala de aula. Outro ponto em destaque é que se as escolas buscam a inclusão, então, elas devem oferecer meios inclusivos. É necessário um investimento para que atenda à todos os públicos, recursos materiais alternativos, disponibilização de auxiliar para cada criança com autismo, espaço favorável, além de oferecer conhecimentos continuados sobre a inclusão e o TEA.

Finalmente, concluímos que a inclusão não se resume apenas às portas abertas de uma instituição para alunos com necessidades especiais. Mas, sim, um ambiente educacional que proporcione práticas integralistas e um olhar direcionado para o aluno autista, com o interesse de promover o desenvolvimento de todas as partes sem distinção e rompendo com as barreiras que existem. O trabalho educativo não deve ser jogado para uma pessoa. Todavia, deve ser um trabalho mútuo que vise apenas um único direcionamento: aprendizagem de qualidade para todos os alunos.

## Referências

- AMBRÓS, D.M; OLIVEIRA, G. P. **O aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula: caracterização, legislação e inclusão.** 1º Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão, 2017.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da Prática Escolar.** Campinas, SP, 1995.
- BAPTISTA, C. R. **A inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas.** In: BPTISTA, C. R. (org). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas.** Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 93).
- BAPTISTA, C. & BOSA, C. (2002). **Autismo e educação: Reflexões e propostas de intervenção.** Porto Alegre: Artmed.
- BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. **Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica.** B. Tec. SENAC, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 48-67, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979.
- BEBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.
- BRASIL. **Congresso Nacional.** Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, Centro Gráfico, 1988.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”** / RositaEdler Carvalho. -. ed. – Porto Alegre: Medicação, 2013. 176 p.; 25 cm.
- CORREIA, L. de M. (1999), apud MORGADO, José Carlos. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares.** Porto. 2008.
- CUNHA, Patrícia. - Brasília : **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial;** [Fortaleza] :Universidade Federal do Ceará, 2010.
- DENARI, Fátima Elisabeth. **Educação especial e inclusão escolar: das dimensões teóricas às ações práticas.** Revista @mbienteeducação, São Paulo, v.1-n.2, p.31-39, ago./dez.2008. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/587/552>.
- GARCÍA, M. G. **Educación adaptativa y escuela inclusiva: una forma de atender las diferencias de todos los estudiantes.** In: FERNÁNDEZ, C. J. **Pedagogía diferencial: diversidad y equidad.** Madrid, Espanha: Pearson Educación, 2005. p. 3-32.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1997
- KANNER, L. apud. KELMAM, C. A. [et al]. ALBUQUERQUE, D. e BARBATO, S. – Organizadoras. **Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar.** Brasília, Editora UnB, 2010.
- KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral.** Rev. Bras. Psiquiatr. São Paulo, v. 28, Supl I, p. S3-11, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias et al. **Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas**. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 351-361, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1229>

LIMA, Nara Raquel Cavalcante. **Alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista: representações do professor**. 2019. 160f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente), Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MACEDO, Lino de. **Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2005. 167p.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MARCHESI, A. D. **A linguagem da deficiência às escolas inclusivas**. In: COLL, César;

MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús e colaboradores. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.15-30.

MENDES, Maria Aline Silva. **A importância da ludicidade no desenvolvimento de crianças autistas**. 2015. 55 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MENEZES, A. R. S. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** Dissertação de Mestrado, UERJ, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2009.

MONTESSORI, Maria. **Mente Absorvente**; trad. Pedro da Silveira, 2a.ed. Rio de Janeiro. Portugália, s.d.

NUNES, D. Introdução. In: MANZINI, E. J. et al. **Linguagem e comunicação alternativa**. 1. ed. Londrina: ABPEE, 2009. p. 1-8

PRADO, G. F. **Metodologias ativas no ensino de ciências: um estudo das relações sociais e psicológicas que influenciam a aprendizagem**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2019. Disponível em: . Acesso em 05 mai. 2020.

RODRIGES, D. (ORG.). **Inclusão e educação - doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, M. C. A. **Entre a vivência com educadores e a proposta com alunos com transtorno do espectro autista (TEA): estudo de atividades de arte com materiais**

**para exploração sensorial.** 2015. 196f. Dissertação ( Mestrado em Ciências Médicas), Programa de Pós-Graduação em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo Singular** - Entenda o Autismo, Rio de Janeiro. ED. Fontanar, 2012.

VIEIRA, Neuza Maria; BALDIN, Sandra Rosa. **Diagnóstico e intervenção de indivíduos com transtorno do espectro autista.** In: 10º ENFOPE/11º FOPIE, GT6 – EDUCAÇÃO, INCLUSÃO, GÊNERO E DIVERSIDADE. 2017.

## ANEXOS

### Questionário

A entrevista abaixo tem a finalidade de obter respostas para a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso. As perguntas, devidamente formuladas, serão atribuídas às entrevistadas com o intuito de fundamentar as práticas pedagógicas utilizadas em função dos alunos autistas e a inclusão destes em sala de aula. Com fins para manter o sigilo, não será necessário identificação.

- 1- Qual a sua idade?
- 2- Qual o seu tempo de formação?
- 3- Você possui algum curso de especialização referente ao ensino de crianças com o Transtorno do Espectro Autista?
- 4- O que você compreende sobre o TEA?
- 5- Como a presente escola lida com o processo de inclusão?
- 6- Quais as metodologias você utiliza para promover o desenvolvimento de estudantes autistas?
- 7- Quais os desafios presentes na sala de aula com alunos típicos e atípicos (observância em alunos com TEA)?
- 8- Descreva com suas palavras o que ainda falta para melhorar o desenvolvimento dos alunos autistas dentro da instituição que você se encontra.

**VITTORYA ROBERTA DA SILVA GUEDES****As metodologias como princípio ativo para o ensino e Inclusão de Estudantes Autistas na sala de aula**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 26/09/2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ana Maria Tavares Duarte  
Núcleo de Formação Docente/CAA - UFPE  
(Orientadora)

---

Profa. Dra. Ana Maria de Barros  
Núcleo de Formação Docente/CAA - UFPE  
(Examinadora interna)

---

Maria Leylane Moraes de Assunção  
Especialista em Psicopedagogia Clínica Institucional e Ludopedagogia  
Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI  
(Examinadora externa)